



22(1):225-231
jan./jun. 1997

RESENHA CRÍTICA

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Gênero e educação: construção, debate e polêmica

Nara Bernardes

Guacira Louro reconhece-se como uma estudiosa feminista cuja identidade, aberta e provisória, foi e continua sendo produzida, contestada e assumida em múltiplas relações e práticas cotidianas. O título da obra *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* anuncia que ali também não se encontrará estabilidade e solidez. Ao contrário, o texto caracteriza-se pela construção, pelo debate e pela polêmica constantes, nas esferas teóricas, epistemológicas e políticas.

Os dois primeiros capítulos tratam de conceitos centrais do campo dos Estudos Feministas (gênero, identidade, poder). A emergência do conceito de gênero é examinada na perspectiva da história do movimento feminista contemporâneo uma vez que seus sentidos teóricos e políticos foram sendo construídos neste processo. Embora, no Brasil, o conceito comece a aparecer nos textos acadêmicos ao final dos anos 80, pode-se resgatar a presença da importante distinção entre gênero (*gender*) e sexo (*sex*) no discurso de autoras feministas anglo-saxãs já na década de 70 e início dos anos 80. Esta distinção permite problematizar o determinismo biológico implícito no termo sexo e enfatizar o caráter de construção social do que é feminino ou masculino num determinado espaço e tempo. O deslocamento da ênfase, contudo, não pretende “negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados” mas deliberadamente acentuar “a construção social e histórica produzida sobre as características biológi-

cas” (p. 22). Tal deslocamento não resulta apenas de uma nova focalização teórica mas da intenção política de recolocar o debate sobre as relações desiguais entre mulheres e homens no campo do social, espaço de construção e reprodução dessas relações. O realce atribuído ao caráter relacional do gênero também exige a ampliação do objeto de modo a incluir, de modo mais explícito, a análise de sujeitos masculinos.

Compreendendo o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos, a autora opera com uma concepção de “identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (p. 24). Esta concepção acentua a idéia de que os sujeitos não são unos e homogêneos e que, portanto, o entendimento das relações de desigualdade requer a análise da articulação do gênero a outras dimensões sociais tais como étnicas, sexuais, de classe social, de idade... Além disso, o caráter de construção social de tais dimensões não permite pensar que há um momento na vida em que a identidade seja dada ou acabada, definitiva.

Convém ressaltar que tal concepção de identidade também está associada a um princípio relevante das teorizações contemporâneas sobre as dimensões sociais, o qual consiste na ruptura com a lógica da dicotomia e da polarização que caracteriza o pensamento moderno. Dialogando com Joan Scott e Jacques Derrida, Guacira analisa a necessidade de desconstruir o “caráter permanente da oposição binária masculino-feminino” (p.31) para que se possa avançar na compreensão das relações de gênero. Argumenta que, neste caso, desconstruir significa problematizar a oposição entre masculino e feminino assim como sua unidade interna, demonstrando que “o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado e reprimido) e vice-versa” e que cada um deles, por sua vez, “não é uno, mas plural, (...) fraturado e dividido...” (p. 32). Em decorrência, implode-se a noção essencialista de mulher ou homem e opera-se com a visão de que há mulheres e homens no plural, de que há diferentes formas de masculinidade e feminilidade, socialmente construídas.

No que diz respeito às análises e teorizações sobre poder, a autora sublinha as contribuições do pensamento de Michel Foucault para questionar a concepção da relação homem dominante-mulher dominada, vista como fixa e permanente. Ao invés de operarem com a centralidade e a posse do poder nessa relação, algumas reflexões feministas passam a privilegiar o estudo do exercício do poder que se dá entre sujeitos que são capazes de resistir e não apenas de submeter-se, embora reconheçam o fato de que mulheres tenham sido colocadas em posição de subordinação de modo mais forte e freqüente. O entendimento de que o exercício do poder se dá em múltiplas direções (como uma rede) permite compreender melhor a complexidade das relações que são construídas entre mulheres e homens e entre as próprias mulheres e os próprios homens, nas quais “há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças” (p. 40). A percepção do poder como produtivo e positivo,

além de coercitivo e negativo, igualmente, possibilita supor que mulheres e homens “não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (p. 41), as quais instituem diferenças e desigualdades. A diferença só pode ser entendida no contexto das relações de poder e, portanto, imbricada com a desigualdade uma vez que ela “é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência” (p.47).

O debate sobre a constituição das diferenças e das desigualdades no campo dos Estudos Feministas tem se beneficiado da interlocução com outros campos como os dos Estudos Culturais, dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos, os quais mostram que a compreensão das relações entre os gêneros não pode mais prescindir da compreensão das relações no interior de cada gênero. Além disto, as múltiplas identidades dos sujeitos (de gênero, de raça/etnia, de classe social, sexual, religiosa, partidária...) não são apenas justapostas mas exercem interferências mútuas que podem ser conflitantes e contraditórias para o próprio sujeito e para os outros, assim como podem gerar diferentes formas de discriminação, subordinação, opressão, historicamente contingentes. Por exemplo, a interdependência entre as múltiplas formas de sexualidade e de gênero faz com que, “em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, (sejam) nomeados e nomeadas como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos” (p.50).

Os três capítulos subseqüentes focalizam a instituição escolar. “A construção escolar das diferenças” (p.57) apresenta reflexões sobre o processo de escolarização de corpos e mentes que se dá através de um “aprendizado eficaz, continuado e sutil”. Em decorrência, torna-se desejável que o olhar da pesquisadora ou do pesquisador feminista privilegie a análise das práticas cotidianas, rotineiras e comuns, nas quais os sujeitos se envolvem, a fim de questionar e “desconfiar” do que é tomado como “natural” ainda que seja socialmente construído. Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, materiais didáticos, processos de avaliação, linguagem são constituídos por e, simultaneamente, constituintes de múltiplas diferenças e desigualdades.

Por meio da análise de férteis e desafiadores estudos e pesquisas, a autora dedica especial atenção aos temas da linguagem, da sexualidade e da área da educação física. A linguagem, considerada como o “campo mais eficaz e persistente” para “instituir” relações, posições e “fixar” diferenças, é discutida com respeito à expressão oral e escrita, ao silêncio, às regras, aos livros didáticos. São pontuados seu sexismo, racismo, homofobia, etnocentrismo...

Quanto à sexualidade, são destacados a negação e o ocultamento que fazem parte do modo como a escola age, na suposição de que assim ela não se fará presente, principalmente sob a forma do que a instituição define como proble-

mas nessa área. O reconhecimento de que “a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” leva ao entendimento de que a proposta objetiva e explícita da escola é “a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais”. Para construir sua argumentação, a autora apóia-se também no instigante trabalho de Deborah Britzmann (já publicado por esta revista em 1996) que apresenta uma análise provocativa sobre as relações entre gênero (condição social de ser homem ou ser mulher) e sexualidade (forma cultural de viver os desejos e prazeres corporais): o discurso e as práticas do senso comum, do saber científico assim como o discurso e as práticas escolares, comumente, vinculam gênero e sexualidade no sentido da heterossexualidade, representada como a relação natural, normal e legítima de sujeitos masculinos e femininos, assim considerados segundo os padrões hegemônicos da sociedade da qual a escola faz parte. No caso de crianças e jovens que não se enquadram nesses padrões, a escola costuma acionar estratégias de controle como, por exemplo, atribuir-lhes a posição de desviante, tentar “normalizar” suas condutas, contribuindo assim para que o caminho trilhado por eles e elas na construção de seu gênero e sua sexualidade seja, freqüentemente, penoso, repleto de barreiras e gerador de sofrimento. A preocupação com a sexualidade e com a constituição da identidade de gênero, de forma mais explícita, aparece na área da Educação Física, cujo propósito consiste na busca do domínio do corpo. Neste espaço, pode-se visualizar, também, o entrelaçamento das dinâmicas de gênero e da sexualidade. Por exemplo, estudiosos das masculinidades, na cultura norte-americana, salientam o papel dos esportes na formação dos meninos e jovens, os quais são considerados como naturais e parte de sua existência; não praticá-los gera a suposição de que estaria havendo problemas na construção da identidade de homem, segundo o padrão hegemônico naquela sociedade, a qual, por sua vez, está imbricada com uma identidade heterossexual. Essa área apresenta, ainda, expectativas de interesse e desempenho distintos para homens e mulheres, persistência das resistências ao trabalho integrado entre os gêneros bem como possibilidades mais efetivas de controle através da observação e da avaliação mais individualizadas.

Merece destaque a estimulante discussão gerada pelo trabalho de Barrie Thorne sobre as relações de gênero entre crianças. Ela coloca em questão a representação dualista do masculino e feminino como universos opostos que está na base das “teorias de culturas diferentes entre meninos e meninas”, as quais, por sua vez, geram um “modelo contrastivo” que conduz à realização de pesquisas empíricas cuja formulação de problemas, criação de delineamentos e obtenção de resultados fazem com que as distinções internas aos pólos feminino e masculino bem como as “comunalidades” que os atravessam permaneçam obscuras. Essa autora sublinha que, assim como a escola afirma e estimula a separação entre meninas e meninos, ela também é palco para a criação de situações que podem significar o cruzamento de fronteiras ou limites entre os gêne-

ros, o qual pode produzir tanto o fortalecimento quanto a superação da diferença. Impõe-se, portanto, o reconhecimento das limitações do modelo contrastivo para que possam ser criadas novas formas de captar os padrões complexos de diferenças e comunalidades para além das dicotomias.

“O gênero da docência” é tema do quarto capítulo. Reafirmando a idéia de que a escola como instituição social simultaneamente constitui os gêneros e é “atravessada” por eles, Guacira amplia e enriquece as análises mais conhecidas sobre a feminização do magistério trazendo para discussão as representações de professoras e professores, entendidas como “formas culturais de referir, mostrar ou nomear um grupo ou um sujeito” (p. 98). Observa os efeitos de tais representações, sobre os homens e as mulheres que ocuparam e ocupam tal posição, presentes nos meios de comunicação de massa, no cinema, nas igrejas, nos regulamentos jurídicos e educacionais e argumenta que elas, assim como as práticas, não são harmoniosas e homogêneas mas conflitantes e contraditórias. Em decorrência, a “concepção de uma identidade una, coerente e estável...” (p. 108) de professor ou professora não se sustenta, o que, por sua vez, produz uma percepção de conflito e fragmentação dos sujeitos em relação a si próprios.

No quinto capítulo são analisadas as “proposições e limites das práticas educativas feministas” destinadas a enfrentar ou superar as desigualdades de gênero na Educação. Na primeira seção, são examinadas as pedagogias feministas que, embora não tenham uma presença marcante no sistema de educação formal brasileiro, parecem mais visíveis em outros países, como a Inglaterra e os Estados Unidos. Essas pedagogias se propõem a criar novos modelos pedagógicos que possibilitem transformar a posição de desigualdade das mulheres na escola, questionando, por exemplo, as relações entre professor/a e estudantes. A análise crítica desenvolvida não nega os esforços de transformação que elas vêm realizando mas chama atenção para algumas de suas fragilidades teóricas e práticas. Os dualismos subjacentes a tais pedagogias (hierarquia/igualdade, ensino/aprendizagem, competição/cooperação...) estão comprometidos com uma visão dicotômica e polarizada das relações de gênero. A aparente negação do poder pode criar o risco da “despolitização da sala de aula e da atuação docente” na medida em que, para eliminar as relações de poder no espaço da sala de aula, é rejeitada explicitamente a autoridade do/a professor/a, institucionalmente atribuída. Neste processo, de um lado, configura-se uma impossibilidade pois não há espaços sociais livres do exercício do poder, de outro, são obscurecidas as diferenças através da simulação da igualdade com respeito ao saber e ao poder.

Ao ser propositiva em relação a uma “prática educativa não sexista”, de modo consistente com sua perspectiva teórica e política, a autora recusa uma posição prescritiva e privilegia a discussão de um modo novo de exercer uma ação transformadora no âmbito da educação. Reiterando o princípio assumido de que as relações sociais são sempre relações de poder e que o exercício do poder acontece em múltiplas direções, ela discute uma nova configuração para

o/a intelectual feminista que resulta de um conjunto de disposições mais sintonizadas com uma perspectiva pós-estruturalista: disposição para observar e questionar os “índícios das desigualdades” e suas eventuais “desestabilizações” ou mudanças e para estar atenta, portanto, não apenas ao que se ajusta às representações dominantes mas também ao que se apresenta como inesperado, como forma de transposição de fronteiras, como transgressão do instituído; disposição para o auto-questionamento, para lidar com a provisoriedade e a transitoriedade; disposição para agir a partir das práticas cotidianas, rotineiras e comuns, reconhecendo seu potencial político. Tais disposições são construídas através da informação, do conhecimento, do desejo e do compromisso político. Elas produzem ações que, embora contingentes a cada situação particular, “podem contribuir para perturbar certezas, para ensinar a crítica e a auto-crítica (...) para desalojar as hierarquias” (p. 124).

A “Educação Sexual”, como campo disciplinar onde se conectam de modo muito nítido as dimensões de gênero e sexualidade, é objeto do olhar crítico da autora que o explora em diversos aspectos. Resgata estudos que se debruçaram sobre a trajetória das polêmicas que constituíram esse campo em nosso país e outros países ocidentais. Aponta trabalhos de grupos feministas que buscam “intervir na formulação de políticas curriculares” mais coerentes com “as teorizações e discussões mais recentes”, os quais vêm incorporando as discussões sobre a construção social dos gêneros e das sexualidades, a dimensão do prazer, a afirmação da identidade homossexual e a denúncia da discriminação. Analisa práticas escolares, livros e materiais didáticos disponíveis em nosso meio ou que vêm sendo produzidos em outros lugares, tanto aqueles que revelam um posicionamento mais convencional e restritivo como os que apresentam outras perspectivas no que tange à família, ao exercício da sexualidade, à prevenção de abusos sexuais e de doenças sexualmente transmissíveis.

O sexto capítulo intitulado “Uma epistemologia feminista” aborda questões relevantes para a construção do conhecimento que se qualifica como feminista. Trata das dificuldades que esta denominação traz para quem exerce sua militância no meio acadêmico e assume o pressuposto de que a pesquisa feminista é, explicitamente, interessada e comprometida. Mostra como as “problematizações” colocadas pelo feminismo não se esgotaram na exigência da incorporação das mulheres como objeto de estudo nas diversas áreas do conhecimento mas “desafiaram a própria forma de fazer ciência até então hegemônica”. Guacira situa seu jeito de produzir conhecimento no contexto de diversas possibilidades que constituem o campo dos Estudos Feministas. Considera que a vertente mais promissora para configurar “um novo modo de ser pesquisadora/pesquisador” é aquela que opera com “categorias analíticas instáveis”, que se movimenta “em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção”, sem que este processo conduza ao imobilismo ou ao completo relativismo. É uma tarefa que envolve formação

teórico-metodológica mas também desejos, afetos, emoções. Além disso, tal vertente tem buscado uma interlocução produtiva com outros campos, como o dos Estudos Negros, dos Estudos Gays e Lésbicos, dos Estudos Culturais, que se propõem a compreender como as múltiplas diferenças são constituídas e fixadas. Além das aproximações com respeito ao objeto de estudo, das perguntas que provocam, das análises que se tornam mais complexas, por serem “campos marcadamente engajados, dirigidos não apenas para a análise mas para a intervenção social” (p. 158) podem contribuir para “alterar, de forma mais efetiva, as complexas relações sociais de poder” nas quais mulheres e homens feministas tomam parte.

O livro se encerra com um capítulo muito proveitoso para quem deseja ampliar, aprofundar, questionar o que leu nos capítulos anteriores. As indicações das fontes não se restringem às convencionais como livros, revistas, coletâneas mas exploram outros meios como filmes, vídeos e *sites* da Internet.

Escrever esta resenha representou um prazer e um desafio, pois ao mesmo tempo em que, como integrante do GEERGE (Grupo de estudos de Educação e Relações de Gênero), participei parcialmente da discussão do que está exposto nesta obra, precisei proceder a um certo distanciamento para tentar tecer comentários sobre seu texto, no sentido de contribuir para provocar mais interesse ainda pela sua leitura. Escrito com densidade teórica, originalidade e perspicácia, numa prosa fluente e elegante, o livro é fecundo e recomendável para aprofundar discussões analíticas de quem problematiza o gênero em diversas áreas do conhecimento (educação, psicologia, história...), introduzir quem deseja iniciar-se nesta tarefa, possibilitar a construção de conhecimentos e de práticas a educadores/as que entendem criticamente a educação como espaço de transformação de relações de desigualdade ou, ainda, auxiliar quem almeja simplesmente compreender mais sobre as múltiplas e complexas relações dos seres humanos na vida cotidiana contemporânea.

Nara Bernardes é professora do Programa de Pós Graduação em Educação e Psicologia da PUC-RS.

Endereço para correspondência:
Rua Carlos Julio Becker, 136
Tristeza - Porto Alegre - RS
Cep. 91920-020

naraber@music.pucrs.br
Fone(Fax): 320 3635